

Defensor público-geral de Minas Gerais participa de reunião no CNJ sobre o rompimento da barragem de Mariana

Encontro virtual fez parte dos trabalhos do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou na terça-feira (1/6) da reunião de trabalho do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão – caso: rompimento da barragem de Mariana/MG.

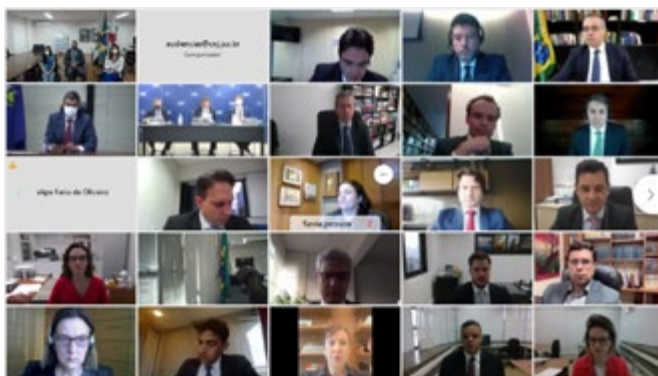
Participaram também a chefe de gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e a defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira, em atuação no

Núcleo Estratégico de Proteção ao Vulneráveis em Situações de Crise.

O encontro foi conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, e contou com a participação de várias autoridades, dentre elas os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema, e do Espírito Santo, Renato Casagrande; o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Soares Lemes; os procuradores-gerais de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, e do Espírito Santo, Luciana Gomes Ferreira de Andrade; e a diretora Jurídica, de Riscos e Conformidade da Samarco, Najla Ribeiro Nazar Lamounier.

As negociações para a construção do acordo a respeito dos danos provocados pelo desastre de Mariana vêm sendo acompanhadas pelo Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão do CNJ, coordenado pela conselheira Maria Tereza Uille Gomes.

[Leia a matéria na íntegra](#)



STJ acolhe recurso da DPMG e tranca ação penal de assistido que foi a julgamento por furtar 2 steaks de frango no valor de R\$ 4

Ao analisar recurso, 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça lamentou ter que decidir sobre 'situação absurda' e insignificante

[PÁGINA 2](#)

DPMG e DPU recomendam ao Ministério da Saúde inclusão de adolescentes com deficiência ou comorbidade no Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19

[PÁGINA 3](#)

CORONAVÍRUS • COVID-19

Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente

Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque [PÁGINAS 2 e 3](#)
- > Na mídia | Mundo oficial [PÁGINA 3](#)
- > Inspirando novas atitudes [PÁGINA 4](#)
- > Escola Superior [PÁGINA 4](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁGINA 5](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

STJ acolhe recurso da DPMG e tranca ação penal de assistido que foi a julgamento por furtar 2 steaks de frango no valor de R\$ 4

A 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) trançou ação penal em que um assistido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi condenado por furtar de um supermercado dois steaks de frango no valor de R\$ 2 cada. Por unanimidade, a turma deu provimento ao recurso ordinário interposto pela Defensoria mineira, reconhecendo a insignificância e o réu primário. A turma lamentou a Corte ter que decidir sobre uma “situação absurda”.

O julgamento aconteceu na terça-feira (1/6) e a de-

fesa do assistido foi feita pelo defensor público Aurélio Wandek Filho, que atua no Núcleo de Atuação da DPMG Junto aos Tribunais Superiores em Brasília.

A partir da análise dos autos e notando o inexpressivo valor do bem que o assistido foi acusado de furtar, assim como o fato de ser primário e não ter antecedentes, a Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio do defensor público Antonio Moni, de Araxá, impetrou *habeas corpus*, “até para evitar desperdício de verba pública”.

[Leia a matéria na íntegra e entenda o caso](#)

DPMG e DPU recomendam ao Ministério da Saúde inclusão de adolescentes com deficiência ou comorbidade no Plano de Imunização contra a Covid-19

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Defensoria Pública da União (DPU) emitiram recomendação ao Ministério da Saúde, solicitando ao órgão a inclusão de adolescentes com idade entre 12 e 18 anos que sofram de alguma comorbidade ou deficiência permanente no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 para serem vacinados com a vacina da Pfizer, que já tem estudos nos EUA e na Europa de eficácia para a faixa etária. O documento pede que eles sejam integrados aos grupos de pessoas com comorbidades e de pessoas com deficiência permanente, cuja vacinação já está em andamento.

Expedida no dia 26 de maio, a recomendação estipula prazo de 15 dias, a partir do recebimento do ofício, para que o Ministério da Saúde responda se pretende acolher. Caso positivo, o órgão deve responder qual a previsão para a atualização do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Em caso

negativo, o Ministério da Saúde deverá informar as razões fáticas e científicas que justificam a não inclusão.

As duas Defensorias receberam solicitações de providências por parte de pais e mães de menores com deficiência e/ou comorbidades.

Assinam a recomendação, pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, os defensores públicos estaduais Fernando Sousa Vilefort, Leandro Araújo Lúcio e o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares. E, pela Defensoria Pública da União, o defensor federal regional de Direitos Humanos João Márcio Simões e o defensor federal nacional de Direitos Humanos André Ribeiro Porciúncula.

[Leia a matéria na íntegra e acesse a recomendação](#)

NA MÍDIA

Defensoria Pública pede ao Ministério da Saúde que inclua adolescentes de 12 a 17 anos na vacinação contra Covid

[Portal G1 Minas](#)

GAETS pede ao STF admissão como *amicus curiae* em ADPF e retomada de vacinação de gestantes e puérperas sem comorbidades

O Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (GAETS), do qual faz parte a Defensoria de Minas, pediu seu ingresso como *amicus curiae* na ADPF nº 846, que busca a retomada da vacinação contra a Covid-19 de todas as gestantes e puérperas, com e sem comorbidades, com vacinas diferentes da AstraZeneca/Oxford/Fiocruz.

O pedido de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi feito na sexta-feira (28/5) e é assinado ao todo

por 17 Defensorias Públicas de Estados e do Distrito Federal, sob coordenação das Defensorias paulista e mineira.

Na manifestação ao STF, as Defensorias afirmam que a remoção das gestantes e puérperas sem comorbidades dos grupos prioritários foi feita sem qualquer explicação, ressaltando que foi baseada em um caso isolado e sem comprovação oficial de que a vacina tenha provocado a morte.

[Leia a matéria na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria do Estado reunirá instituições e sindicatos em busca de consenso para o planejamento da volta às aulas em BH

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) promove, nesta segunda-feira (7/6), uma reunião com representantes da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, do Ministério Público de Minas Gerais, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte e do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais com o objetivo de buscar uma solução consensual para o planejamento da volta às aulas na rede municipal de ensino.

No dia 21 de maio, a DPMG ajuizou a Ação Civil Pública nº 5069267-30.2021.8.13.0024, em que cobra do Município a implementação de um sistema de aulas remotas online e/ou híbridas na rede municipal de ensino ou, não sendo possível, o retorno das atividades presen-

ciais de forma segura. A ação requer também a apresentação de um programa de inclusão digital para alunos e professores. Vale destacar que a oferta do serviço público de Educação é uma obrigação constitucional.

Embora o prazo de 15 dias proposto na ACP esteja correndo, a Defensoria Pública tem na atuação extrajudicial para a solução de conflitos uma de suas premissas constitucionais e entende que a mediação possa ser o melhor caminho para resolver a questão de maneira rápida e eficaz. O objetivo Defensoria Pública é minimizar o prejuízo escolar dos alunos da rede pública municipal, que estão sem plano efetivo de aulas desde março de 2020, o que agrava a desigualdade em relação à rede privada de ensino.

EDITAL DE CHAMADAS PARA ARTIGOS

REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Confira AQUI

Até 25/junho/2021
E-mail: revista@defensoria.mg.def.br

NA MÍDIA

VOLTA ÀS AULAS
Prefeitura de BH divulga novos critérios para retorno das aulas presenciais
[MGTV 1ª edição](#)

DIREITO A TER PAI
Mutirão Direito a Ter Pai ilustra reportagem sobre direitos de família
[Marie Claire](#)

MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública de Minas prestigia outorga de medalha da OAB/MG



Solenidade realizada de forma virtual foi conduzida pelo presidente da OAB Minas, Raimundo Cândido Junior.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, foi representado pelo assessor Institucional Wilson Hallak Rocha na cerimônia de outorga da Medalha Raymundo Cândido, maior honraria concedida pela Ordem dos Advogados – Seção Minas Gerais (OAB/MG), na segunda-feira (31/5).

A medalha foi criada em dezembro de 2010, em comemoração aos 80 anos da OAB mineira, e distingue as autoridades pelo reconhecimento do seu trabalho em favor da advocacia e da cidadania em Minas. Nesta edição da honraria, a OAB/MG homenageou a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Goulart Almeida.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor público debate sobre proteção à criança e adolescente em live promovida em comemoração aos 30 anos do ECA



O defensor público Luís Renato Arêas, coordenador adjunto da Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), participou no dia 27/05 do 1º Colóquio de Reflexões Jurídicas e Transdisciplinares, evento de comemoração aos 30 anos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), apoiado pela Defensoria Pública de Minas Gerais. Por meio de uma live, o defensor público mineiro falou sobre os “Princípios da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e do adolescente com deficiência – uma abordagem multidisciplinar”.

[Para acessar, clique aqui.](#)

ESDEP INFORMA

Thomson Reuters promove treinamento virtual sobre plataformas de conteúdo jurídico

O Treinamento RTO + ProView, promovido pela Thomson Reuters, tem o objetivo de ensinar sobre a usabilidade das plataformas de conteúdo editorial e de pesquisa jurídica, a Biblioteca Digital ProView e a Revista dos Tribunais Online®. Essa é uma oportunidade para aprender como ter acesso a conteúdos jurídicos, otimizando o tempo de pesquisa e garantindo assertividade, já que essas plataformas contribuem no estudo e pesquisa de assuntos legais na busca de argumentação para tomadas de decisões na área do Direito e elaboração de projetos.

As palestras serão ministradas por quatro especialistas de Produto, mediadas pelo analista de Sucesso ao Cliente, Rafael Horvath. O treinamento, que será online e gratuito, acontece no dia 8/6, das 14h às 16h30.

[Acesse aqui](#)

Defensoria Pública de Minas e ESDEP promovem palestra

SAÚDE MENTAL E RESILIÊNCIA Como manter o foco e equilíbrio em período de pandemia

PALESTRANTE: FRANCIS COUTINHO, DEFENSORA PÚBLICA MG

TRANSMISSÃO: Youtube.com/c/defensoriamineira

9 Junho 2021 09h às 11h

ESDEP ESCOLA SUPERIOR DE DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

DEFENSORIA PÚBLICA MINEIRA

